



Sindicalismo da Agricultura Familiar e Estado: a atuação da Fetraf-Sul frente aos governos liderados pelo PT (2003-2016)¹

Family Farming Unionism and the State: the performance of Fetraf-Sul in relation to PT-led governments (2003-2016)

Mateus Lazzaretti

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1099-2758>

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH/UFSM). Pesquisador discente do Grupo de Pesquisa "Trabalho, Agricultura e Movimentos Sociais - TRAMAS" (CNPq/UFSM).

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4395852725347990>

E-mail: lazzaretti.mateus@acad.ufsm.br

Everton Picolotto

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4199-5553>

Professor do Departamento de Ciências Sociais e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Coordenador do Grupo de Pesquisa "Trabalho, Agricultura e Movimentos Sociais - TRAMAS" (CNPq/UFSM). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5536778224404595>

E-mail: everton.picolotto@ufsm.br

¹ Artigo derivado da dissertação (LAZZARETTI, 2024) e de outros investimentos de pesquisas vinculadas ao projeto "Reconfigurações no Sindicalismo e no Trabalho Rural", financiado pelo CNPq.

Resumo

Este artigo pretende discutir a relação entre o sindicalismo da agricultura familiar e o Estado durante os governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) entre 2003 e 2016. Para tal, tomou-se como objeto a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul), buscando analisar suas interações com o governo federal no período referido, cujas marcas foram a participação, negociação e mediação de políticas públicas. A reflexão apóia-se na articulação entre um referencial teórico-metodológico materialista histórico-dialético e as contribuições da teoria dos movimentos sociais. Parte-se da análise de entrevistas semi-estruturadas com ex-dirigentes da Fetraf-Sul, ex-assessores sindicais e aliados que ocuparam cargos na burocracia estatal. Como resultados, identificam-se as rotinas de interação predominantes no período de 2003 a 2016 entre Fetraf-Sul e Estado.

Palavras-chave

Fetraf. Agricultura Familiar. Sindicalismo. Estado.

Family Farming Unionism and the State: the performance of Fetraf-Sul in relation to PT-led governments (2003-2016)

Abstract

This article aims to discuss the relationship between family farming unionism and the State during the governments led by the Workers' Party (PT) between 2003 and 2016. To this end, the Federation of Workers in Family Farming of the Southern Region (Fetraf-Sul) was chosen as the object of study, seeking to analyze its interactions with the federal government during this period, characterized by participation, negotiation, and mediation of public policies. The reflection is based on the articulation between a historical-dialectical materialist theoretical-methodological framework and the contributions of social movement theory. The analysis draws on semi-structured interviews with former Fetraf-Sul leaders, former union advisors, and allies who held positions in the state bureaucracy. The results identify the predominant interaction routines between Fetraf-Sul and the State from 2003 to 2016.

Keywords

Fetraf. Family Farming. Unionism. State.



1. Introdução

Os agricultores familiares tornaram-se um dos sujeitos sociais mais destacados das últimas décadas, posição decorrente de fatores como a criação de políticas públicas e investimentos no setor, estudos acadêmicos realizados por pesquisadores e pesquisadoras e a atuação política do sindicalismo de trabalhadores rurais. Regulamentado pelo Estado no início da década de 1960, este sindicalismo apresenta uma trajetória de tensionamentos e aproximações com forças dirigentes de cada período. Desde antes de seu reconhecimento formal, traz como marca a disputa de diversas correntes políticas por sua direção, cenário que se mantém até a atualidade. De toda forma, a ferramenta sindical foi uma das mais expressivas utilizadas pelas populações rurais, constituindo a maior rede de sindicatos do Brasil: segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, em 2024 são 3.466 sindicatos de trabalhadores rurais registrados, 36 federações estaduais e 3 confederações nacionais, sendo uma de assalariados rurais e duas de agricultores familiares (BRASIL, 2024).

O objetivo deste artigo é discutir as relações entre o sindicalismo da agricultura familiar e o Estado no Brasil, a partir das interações entre a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul) e os governos federais liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) entre 2003 e 2016. Para analisar a atuação do movimento sindical, bem como suas interações com o Estado, a teoria dos movimentos sociais oferece um amplo leque de opções. Os recentes períodos de abertura institucional e permeabilidade do Estado pelos movimentos sociais no Brasil reforçaram uma *agenda relacional*, com aportes que permitiram um aprofundamento para além da dicotomia que apresentava as duas esferas como apartadas e cuja interação era essencialmente conflituosa. Porém, como apontam Trindade e Bugiato (2020), é necessário ter em conta também os aspectos estruturais e da dinâmica de funcionamento do Estado no capitalismo para uma melhor compreensão de sua relação com os movimentos sociais. Diante disso, este artigo busca articular contribuições da agenda relacional com uma teoria do Estado lastreada no materialismo histórico-dialético. Parte-se principalmente das noções de *repertório*, de Charles Tilly, e da compreensão de Estado a partir de Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas.

No prefácio de *Regimes and Repertoires*, Tilly (2006) sintetiza a ideia de *repertório* como “conjuntos limitados, familiares e historicamente criados, de performances de



reivindicações que circunscrevem os meios pelos quais as pessoas se engajam na política contenciosa”. Em outras palavras, são o conjunto de formas de ação utilizadas pelos movimentos sociais para levar adiante suas reivindicações. É por meio dos repertórios que os movimentos sociais interagem com os governos e outros sujeitos politicamente relevantes². Estes repertórios são capazes de influenciar as relações com o Estado, ao mesmo tempo em que também são influenciados, o que faz com que alguns repertórios se consolidem em tempos e lugares específicos, devido às possibilidades dadas para o seu uso e também por aprendizado histórico do que é mais efetivo. As instituições políticas para as quais as reivindicações são dirigidas também exercem influência sobre os repertórios, impondo limites a algumas formas de ação e incentivando outras (TILLY, 2008).

Ao analisar o caso brasileiro durante os governos liderados pelo PT, Abers, Serafim e Tatagiba (2014) tensionam o conceito original de Tilly, marcado pelo caráter contencioso. As autoras apontam que no Brasil diversos movimentos sociais importantes foram criados em alianças entre indivíduos dentro e fora do Estado, sendo que no período dos governos liderados pelo PT os movimentos passaram não só a negociar frequentemente com o Estado, mas também atuaram *por dentro* de suas instituições, seja em espaços participativos, seja indicando militantes e aliados para cargos na burocracia. A maior permeabilidade do Estado naquele período permitiu aos movimentos sociais a combinação de diferentes formas de ação, incluindo as contenciosas, mas principalmente de participação institucionalizada e negociação. Diante disso, tais autoras sugerem a utilização da noção de *repertório de interação* para dar conta de tais dinâmicas.

Embora durante os governos liderados pelo PT tenham ocorrido importantes mudanças na configuração institucional do Estado, com a criação de espaços participativos e políticas públicas mais inclusivas e democráticas, não houve mudança na lógica de funcionamento e estruturas fundamentais do Estado brasileiro. Por se tratar de algo muito maior e mais complexo do que o governo em exercício e seus “quadros comissionados”, é reduzida a possibilidade de “transformação desta engrenagem desde dentro” ou, em outras palavras, “estar dentro do Estado não significa deter o controle do poder estatal” (TRINDADE; BUGIATO, 2020, p. 431).

² A isso Tilly denomina *regimes*, porém neste artigo, optou-se por não utilizar tal conceito, adotando a ideia de condensação material de forças, que será desenvolvida a seguir.



Para Gramsci o Estado é tanto o terreno do conflito de classe, como também instrumento de classe, lugar da luta hegemônica e processo de unificação das classes dirigentes. É nele, também, onde as classes subalternas disputam com as classes no poder os espaços por onde se propagam a ideologia e o senso comum, no sentido do Estado ampliado ou integral, compreendido por ele como sendo o Estado restrito e a sociedade civil. Nesta última estão os aparelhos privados de hegemonia, como sindicatos, partidos, associações culturais, Igrejas, dentre outros, por meio dos quais o Estado também educa para o consenso (GRAMSCI, 2001). Portanto, para o estudo dos movimentos sociais, tais formulações possibilitam compreender o Estado não mais como uma instância específica e isolada, mas como um conjunto de instituições e funções que se diluem entre sociedade civil e sociedade política, sendo que a primeira “possui mecanismos e organismos que forçam as alterações na correlação das forças em luta” (GOHN, 1997, p. 188). A hegemonia na sociedade civil se efetiva a partir dos aparelhos privados rumo à ocupação do Estado restrito, porém, também a partir do Estado restrito em direção aos aparelhos privados, reforçando assim o papel dirigente da classe ou fração de classe dominante na sociedade civil, no desempenho de suas práticas ideológico-culturais (MENDONÇA, 2012).

Em direção similar aponta Poulantzas (2000), para quem o Estado é uma condensação material de uma relação de forças entre as classes sociais e frações de classe. Outra compreensão do autor que aqui nos interessa é a de que o Estado no capitalismo representa principalmente os interesses políticos das classes dominantes, mais do que seus interesses econômicos imediatos, o que lhe permite garantir os interesses econômicos de certas classes dominadas – impostos pela luta destas –, mesmo que contrários aos interesses econômicos imediatos das classes dominantes, mas compatíveis com seus interesses políticos, ou seja, com sua dominação hegemônica (*Id.* 1986). Como referido, Estado e Governo não são a mesma coisa, pois o primeiro é mais amplo e complexo, sendo o Governo uma parte dele. Portanto, quando neste artigo analisa-se a relação dos movimentos sociais com o Governo ou Poder Executivo, trata-se de focar em uma das formas possíveis – e que se mostrou preponderante – de relação entre movimentos sociais e Estado.

Articulado ao referencial teórico exposto, realizou-se análise de conteúdo sobre documentos da Fetraf-Sul e 13 entrevistas realizadas com lideranças, ex-assessores sindicais e



aliados que ocuparam cargos na burocracia estatal. As entrevistas seguiram roteiro semi-estruturado, e foram realizadas entre os dias 31 de agosto e 14 de outubro de 2023.

Além desta introdução e das considerações finais, o artigo está estruturado em duas seções. A primeira delas apresenta uma síntese da trajetória do sindicalismo da agricultura e o surgimento da Fetraf-Sul. A segunda dedica-se à análise da relação desta Federação com o Estado durante os governos liderados pelo PT.

2. Agricultura familiar e sindicalismo

A sindicalização rural no país foi regulamentada no início da década de 1960, e seguiu a mesma formatação do sindicalismo urbano, trazendo características como a *investidura sindical* ou necessidade de reconhecimento pelo Estado, a *unicidade sindical* que permite o reconhecimento de apenas uma entidade sindical por categoria numa mesma base territorial, o *imposto sindical* obrigatório, e, no caso específico do sindicalismo no campo, a unificação dos diversos grupos sociais que vivem do trabalho na categoria de *trabalhador rural* (PICOLOTTO, 2022).

Em 1963, como aponta Dalla Nora (2002, p. 42), ocorreu um “surto de reconhecimento de sindicatos rurais pelo governo”, e em dezembro daquele mesmo ano foi fundada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Após o Golpe Civil-Militar de 1964, contudo, o sindicalismo de trabalhadores rurais sofreu sucessivas intervenções do Poder Executivo Federal, e a própria Contag teve sua primeira diretoria destituída. Depois de um período inicial de intervenções, a Ditadura Civil-Militar buscou dotar os Sindicatos de um papel assistencialista, a partir da implementação do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Funrural) no início da década de 1970. A prática assistencialista incorporada pelo sindicalismo, porém, serviu também em alguns casos como porta de entrada para o diálogo com os associados a respeito de seus direitos e como conquistá-los (MEDEIROS, 1989).

Esse período marcado pelo terrorismo de Estado frente aos movimentos sociais consolidou um repertório de ação do sindicalismo rural marcado pela moderação, com reivindicações legalistas com base na legislação vigente, na tentativa de evitar novas intervenções e repressão (PICOLOTTO, 2022; TEIXEIRA, 2023). No entanto, tal moderação



suscitou críticas de outros agentes que atuavam junto às populações rurais, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), para quem a Contag privilegiava apenas a própria estrutura, seus dirigentes e pautas de apenas alguns setores do campo (RICCI, 1999). O sindicalismo “oficial” passou a ser acusado por estes sujeitos como sendo imobilista e ferramenta de manipulação dos trabalhadores frente ao modelo excludente levado a cabo pelo Estado (FAVARETO, 2006). As oposições sindicais ao sistema Contag, por meio das lideranças fomentadas pelo trabalho da CPT e das Comunidades Eclesiais de Base (RODRIGUES; LADOSKY, 2015; PICOLOTTO, 2022) foram progressivamente se aproximando das críticas que vinham sendo feitas também no sindicalismo urbano, sobretudo pelo chamado “novo sindicalismo” que ganhava projeção nas grandes greves e mobilizações metalúrgicas do ABCD paulista. Extrapolando as fronteiras da esfera sindical, reunia diversos segmentos e movimentos de trabalhadores em todo o Brasil e confluuiu para a criação, em 1983, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (SCHMITT, 1996).

O congresso de fundação da CUT contou com a participação de 1.658 delegados rurais, número que representou 44,7% do total de delegados presentes e 38,9% dos sindicatos, e aprovou a criação de uma secretaria específica para tratar da questão agrária, que foi substituída no 2º Congresso pelo Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR) e os respectivos Departamentos Estaduais (DETR) (RODRIGUES; LADOSKY, 2015). Em 1984 foi criada a Articulação Sindical Sul, aglutinando tanto as oposições sindicais quanto os movimentos de luta pela terra. No final dos anos 1980 e início dos anos 1990 surgiu o Fórum Sul dos DETRs reunindo os três estados do Sul. Este setor destacou-se por imprimir um novo repertório de ação pautado na conflitividade e ações de reivindicação, como trancamento de estradas, portas de agências bancárias e órgãos públicos (MEDEIROS, 2014; PICOLOTTO, 2022).

No entanto, na década de 1990 se aprofundou a crise do setor agropecuário. No âmbito do sindicalismo, o ímpeto de transformação da estrutura oficial que vinha sendo construído pela CUT esfriou após os embates em torno da elaboração da Constituição Federal de 1988, que manteve pilares fundamentais da estrutura sindical, como o imposto sindical obrigatório, renomeado de contribuição sindical, a unicidade sindical, o monopólio de representação e o poder normativo da Justiça do Trabalho (MATTOS, 2009). Na direção do Estado, somente a



partir de 1992, durante o governo Itamar Franco, é que se abriram alguns canais oficiais de diálogo para organizações de trabalhadores, e durante os governos de Fernando Henrique Cardoso foram criados o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf, em 1995) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, em 1998) responsável por tratar de questões relacionadas à agricultura familiar e à reforma agrária, além de outras políticas públicas, canais e conselhos que contavam com a participação de organizações sindicais (PICOLOTTO, 2022).

O sindicalismo rural entrou na década de 1990 em crise. As transformações socioeconômicas promovidas pela implementação do projeto neoliberal e pela reestruturação produtiva causaram impactos diretos na ação sindical. Tanto cutistas quanto contaguianos apontavam o esfriamento das reivindicações por reforma agrária, uma política agrícola desfavorável aos pequenos produtores, a dificuldade de mobilizar as bases e a queda de associados aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), devido à falta de conquistas econômicas concretas. No âmbito rural da CUT, discutia-se a necessidade de transitar do sindicalismo reivindicatório dos anos 1980 para um sindicalismo propositivo, mais adequado às novas demandas (PICOLOTTO, 2022).

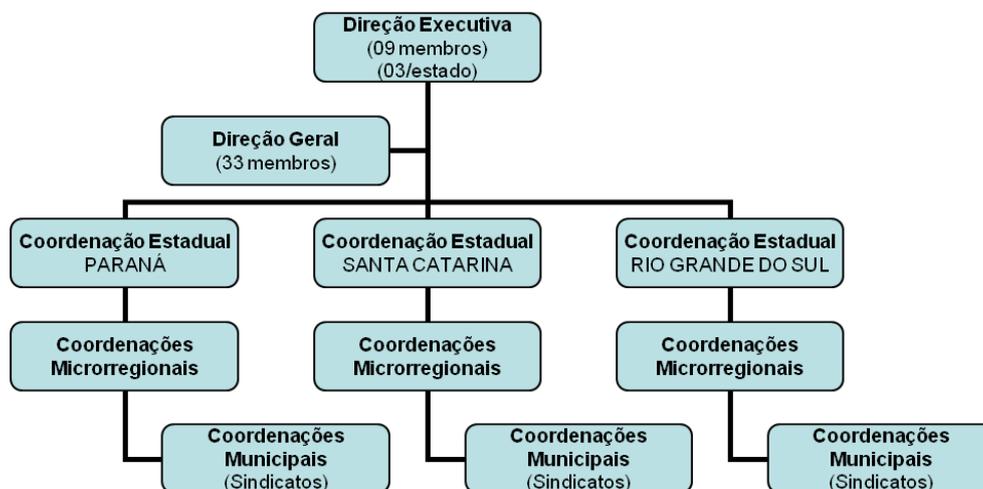
A unificação entre Contag e CUT em 1995 apareceu como uma das soluções para a situação de crise, mas buscou também reforçar o caráter propositivo, levando à elaboração do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural e Sustentável (PADRS) em 1998, que pautou desde então a atuação do sindicalismo rural. Porém, apesar do processo de unificação, várias divergências foram mantidas, em especial a questão da unicidade sindical e o reconhecimento das organizações diferenciadas, defendidas pelos cutistas do Sul e negadas pela Contag.

Esse setor do sindicalismo cutista no Sul do Brasil seguiu no caminho da diferenciação, criando em 2001 a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul). Segundo alguns autores, os principais elementos que proporcionaram a oportunidade política para viabilizar a criação de uma organização sindical específica de agricultores familiares na região foram: 1) os Encontros massivos e Mutirões da Agricultura Familiar realizados entre 1997 e 1999; 2) a formação da Frente Sul da Agricultura Familiar (1999), organização que agregava sindicatos, cooperativas, ONGs, entre outras; 3) a efetivação do Projeto Terra Solidária de educação, formação profissional e sindical com foco na agricultura



familiar; 4) as transformações limitadas na estrutura sindical com a Contag filiada à CUT; e 5) uma forte e bem sucedida articulação e empréstimo de capital político de lideranças da Central e do PT, como o caso de Lula, liderança histórica do sindicalismo e principal nome do Partido em nível nacional, e do também ex-sindicalista e naquele momento governador do RS, Olívio Dutra (CONTI, 2016; PICOLOTTO, 2022).

Figura 1 - Organização da Fetraf-Sul



Fonte: Fetraf-Sul (2014).

Diferindo em sua estrutura (Figura 1) e base territorial, a Federação assumiu como seus objetivos principais, além de bem representar os agricultores familiares, a luta pela democratização do Estado e o processo de elaboração e implementação de políticas públicas para o setor (PICOLOTTO, 2022). Além disso, buscava assumir o papel de negociação com governos municipais, estaduais e federal, e, no âmbito da organização sindical, ter uma prática que não se limitasse ao assistencialismo e que demarcasse uma posição classista, combinando diferentes repertórios de mobilização, pressão, proposição e negociação com Estado e sociedade (FETRAF-SUL, c2023, n.p.). Desta forma, embora se apresentando enquanto representativa dos estados do Sul, a Fetraf-Sul acabou por assumir um papel nacional de representação dos agricultores familiares, pois, nas palavras de Altemir Tortelli, naquele momento as lideranças entendiam que “a grande mesa de negociação era Brasília” (2023, informação verbal). Isso, porém, intensificou os atritos com a Contag, que naquele momento seguia filiada à CUT.



3. A Fetraf-Sul e os governos liderados pelo PT (2003-2016)

No mesmo ano em que foi fundada, a Fetraf-Sul realizou junto à campanha de Lula a chamada Caravana da Agricultura Familiar, que percorreu grande parte do Sul do Brasil em nove dias, fortalecendo o debate sobre o tema regional e nacionalmente, o que rendeu enorme saldo político à Federação. Com a eleição de Lula em 2002, a Fetraf-Sul logrou ampliar sua participação na formulação e implementação de políticas públicas, além de facilitar um maior compromisso do novo governo com a pauta e o acesso de quadros ao governo (CONTI, 2016; PICOLOTTO, 2022; LAZZARETTI, 2024).

O governo Lula teve um caráter de coalizão, com a presença e apoio de setores da burguesia (BOITO JR, 2016), o que produziu uma série de contradições. Uma parcela das frações da classe dominante que havia se oposto a Lula, pressionava por fora, a partir sobretudo dos órgãos da grande mídia e do Congresso Nacional, e outra parte por dentro do próprio governo, simbolizada em figuras como José Alencar, grande empresário industrial e vice-presidente durante os dois mandatos de Lula, e Roberto Rodrigues³, uma das principais lideranças do agronegócio no Brasil, que ocupou o cargo de Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no primeiro governo Lula. Conforme Boito Jr (2023), o período dos governos liderados pelo PT teve na direção hegemônica a grande burguesia interna, tendo o sindicalismo aderido ao *neodesenvolvimentismo*⁴ desta fração da burguesia, porém sem ter conseguido introduzir com força neste programa as demandas específicas dos trabalhadores assalariados. Tal subordinação, segundo o autor, teria ocorrido também pelo fato de que muitos dos dirigentes passaram a ocupar cargos na cúpula do Estado.

O caráter participativo do governo Lula manifestou-se igualmente na criação e fortalecimento de espaços participativos, como conselhos de políticas públicas em diversas

³ Dentre outras coisas, Rodrigues foi um dos fundadores da Associação Brasileira de Agronegócio (ABAG) e dirigente da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e Sociedade Nacional da Agricultura (SNA). Biografia disponível em: <<https://agro.fgv.br/node/49>>. Acesso em 24 out. 2023.

⁴ Boito Jr e Berringer (2013, p. 32) adotam a noção para indicar que “esse programa busca o crescimento econômico do capitalismo brasileiro, embora o faça sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal ainda vigente no país”, por isso a adoção do prefixo neo, pois trata-se de “um programa muito menos ambicioso que o seu predecessor [o desenvolvimentismo de 1930-1980]”, sendo “a política de desenvolvimento possível dentro dos limites dados pelo modelo capitalista neoliberal”.



áreas⁵ (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014). Além disso, ministérios voltados às políticas sociais e políticas públicas para as classes subalternas, como é o caso do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tiveram aumento expressivo de orçamento e peso político (RODRIGUES; LADOSKY, 2015). Esse Ministério, por sua vez, estabeleceu a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) em sua estrutura e implementou diversas novas políticas públicas, refletindo o fortalecimento dessa pauta durante os governos.

Como já citado, alguns espaços institucionais, políticas públicas para a agricultura familiar e o próprio MDA haviam sido criados no período que antecedeu os primeiros governos liderados pelo PT. Porém, como destacou Altemir Tortelli, um dos fundadores da Fetraf-Sul e importante liderança rural da CUT, enquanto que naqueles governos anteriores era preciso “mobilização para forçar a sentar na mesa [de negociações]”, nos governos liderados pelo PT “nós sentamos na mesa, temos um espaço bastante importante, bastante aberto para os diálogos, as reuniões, os conselhos, o governo nos ouve” (2023, informação verbal). Entretanto, devido à heterogeneidade do governo, tanto Tortelli quanto o ex-ministro do MDA Miguel Rossetto, foram categóricos ao afirmar que parte importante dos projetos esbarravam em outros pontos do governo, principalmente no Ministério da Fazenda. Ainda, como indicou Carlos Guedes, ex-servidor do MDA e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), havia fortes tensões também com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), comandado por representantes do agronegócio, setor que, segundo Caio Pompeia (2021), questionava enfaticamente a existência do MDA.

Assim, evidencia-se a contradição do Estado brasileiro durante os governos do PT, com os movimentos sociais avançando na disputa por um espaço que, no entanto, ainda era hegemonizado por frações da classe dominante e sob a direção da grande burguesia interna (BOITO JR, 2023). Embora militantes dos movimentos ou a eles ligados tenham passado a ocupar cargos na burocracia, inserindo seu ativismo na institucionalidade – sem se tornarem “engrenagens das burocracias” (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, p. 328) – e garantindo maior acesso à estrutura do Estado para suas frações de classe e respectivos movimentos, as

⁵ Durante o primeiro governo Lula, por exemplo, houve a reestruturação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CONDRAF) e a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).



classes dominantes impuseram limites a esse avanço. Isso deixa patente que, por trás da aparente conciliação de interesses do “governo de coalizão”, a luta de classes não cessou de ocorrer.

Nesse contexto, o caso do MDA é emblemático para observar essa extensão da militância (ou ativismo) que antes ocorria essencialmente na sociedade civil, e que passa a ocorrer também no âmbito do Estado. Abers, Serafim e Tatagiba (2014) identificaram duas rotinas: a *política de proximidade*, que funciona através de contatos pessoais entre funcionários do Estado e lideranças dos movimentos sociais, por vezes levando a prescindir de mediações institucionais; e a *ocupação de cargos na burocracia*, quando representantes ou aliados dos movimentos sociais logram ocupar cargos no Estado, possibilitando o avanço de seus objetivos, facilitação de negociações e retroalimentação sobre outras rotinas de interação⁶.

No caso da Fetraf-Sul, havia grande proximidade política com os políticos que chefiaram o MDA, como Miguel Rossetto e Pepe Vargas, ambos do PT do Rio Grande do Sul. Porém, mais do que isso, já no primeiro governo Lula, a Federação teve um de seus principais assessores indicados para assumir a Secretaria da Agricultura Familiar do MDA, o agrônomo paranaense Valter Bianchini. Incumbido de chefiar a SAF, Bianchini convidou para atuar em uma subpasta o militante da Fetraf José Batista, pois segundo ele

[...] nós, na Secretaria, tínhamos quadros técnicos. Não tínhamos uma pessoa como ele, vinda do movimento social e com experiência no movimento [...] ele conseguiu desenvolver a política de agroindústria e uma série de trabalhos que passavam por dentro da sua diretoria. Então, ele conseguiu mostrar uma capacidade boa de ajudar a construir e monitorar políticas públicas, e, ao mesmo tempo, tinha o respeito por ser alguém que veio do movimento social e tinha toda uma militância no movimento (BIANCHINI, 2023, informação verbal)

Percebe-se que tanto para os movimentos sociais era importante ter acesso e aliados ocupando cargos na burocracia do Estado, quanto para o MDA era interessante que as políticas fossem o mais próximas possível das demandas reais de sua base social, sendo fundamental para isso a presença de militantes com maior contato com a mesma. Batista, além de ser oriundo do movimento sindical, já havia atuado como representante rural da CUT na Secretaria de Agricultura do RS durante o governo de Olívio Dutra (PT, 1999-2002), no Departamento de

⁶ Medeiros (2014) aponta que tal prática já havia ocorrido em 1985, quando a Contag indicou um de seus principais assessores para ocupar uma secretaria no Incra.



Agroindústria e Cooperativismo (DAC). Com a vitória de Lula em 2002, Batista afirma que houve um intenso debate entre deputados e lideranças dos movimentos sociais rurais no estado sobre a necessidade de nacionalizar os projetos na área do cooperativismo e agroindústria, mas também do “jeito de criar políticas” desenvolvido no governo estadual de Dutra, o que teria motivado sua indicação para a tarefa no MDA (2023, informação verbal). O “jeito de criar política” a que se refere Batista pode ser entendido como o de participação popular e inserção dos movimentos sociais nas estruturas de Estado, em conselhos participativos e auxiliando na definição das pautas e políticas do governo, o que em certa medida se logrou alcançar com os governos federais liderados pelo PT. Ou seja, a partir da conquista de novas posições no Estado, este setor das classes subalternas do campo, atuando tanto por meio dos movimentos sociais quanto por meio do PT, esforçou-se em conquistar espaços para fortalecer suas posições na disputa pela hegemonia.

De acordo com Abers, Serafim e Tatagiba (2014), a maior permeabilidade do Estado durante os governos liderados pelo PT permitiu aos movimentos sociais um repertório de interação que combinava diferentes formas de ação, como a realização de marchas e protestos por parte dos movimentos do campo, não necessariamente como forma de pressão ao MDA, mas para dar respaldo a seus servidores para defenderem as demandas dos movimentos junto a outras esferas do governo. De acordo com os entrevistados, o próprio presidente Lula orientava para este repertório quando se reunia com as lideranças. Aqui, novamente, fica evidente a disputa de hegemonia que atravessava o Estado durante os governos liderados pelo PT, pois o setor popular da frente neodesenvolvimentista buscava mobilizar seus aparelhos da sociedade civil (os movimentos) para mover-se em bloco ou, em outras palavras, atuar por dentro e por fora da institucionalidade. Altemir Tortelli confirma isso quando diz que

a diferença de um governo nosso para os outros governos, é que os nossos governos têm pessoas mais ligadas ao nosso meio, que *têm comprometimento estratégico com nossos projetos, com nossas pautas*, nos subsidiam com informações estratégicas, para nós fazermos as pressões também nos focos onde está travando as questões, e também *fazem a disputa interna no governo, disputa estrategicamente o espaço no governo* (2023, informação verbal, grifo nosso)

Portanto, naquele período, os movimentos sociais buscavam inserir militantes e aliados seus no governo, não apenas para obter acesso facilitado aos canais institucionais e às informações estratégicas, mas para avançar trincheiras na luta por suas pautas e projetos, bem



como contribuir na disputa estratégica do governo. Como já dito, a presença destes militantes no governo era bem vista também pelo setor popular, isto é, pelo presidente e ministros do PT, para reforçar suas posições na disputa com outras classes e frações de classe no governo e nas outras esferas do Estado. Assim, a atuação dessas lideranças em cargos no Executivo Federal e Estadual revela a influência direta e indireta dos movimentos sociais nos governos do PT. A influência é direta porque os militantes participaram ativamente da indicação de nomes, ainda que a nomeação não dependesse exclusivamente deles. É indireta, pois o respaldo necessário e os atributos buscados pelos ministros e secretários na escolha dos nomes geralmente se fundamentavam na interação desses indivíduos com os movimentos sociais, seja por meio de assessoria ou atuando diretamente em suas fileiras. Isso demonstra que esses militantes possuíam amplo conhecimento da base social que seria beneficiada pelas políticas. O próprio Rossetto, primeiro ministro do MDA no governo Lula, havia sido vice-governador de Olívio Dutra no Rio Grande do Sul.

O Ministério, então, atuava como aglutinador das demandas dos movimentos sociais, na produção de sínteses, como articulador das pautas da agricultura familiar para a disputa do governo, ao mesmo tempo em que, como parte do governo, deveria “pensar no todo” e, assim, atendia o que era possível, dentro das diretrizes mais gerais do governo (GUEDES, 2023, informação verbal). Desta forma, se para Poulantzas (1986), o Estado é essencialmente responsável pela coesão dos interesses políticos das classes dominantes, o MDA parece ter atuado como espaço de unificação dos interesses políticos de diferentes frações da classe trabalhadora rural. Tal percepção é reforçada pela fala de um dos ex-ministros, de que o MDA “muito mais que um ministério, era um projeto de país” (ROSSETTO, 2023, informação verbal), pois conseguia unificar a diversidade de movimentos sociais do campo a partir da defesa e atuação institucional focadas, por um lado, na reforma agrária, e por outro na agricultura familiar enquanto modelo alternativo de desenvolvimento rural. Ou seja, constituiu-se, de fato, em um projeto de país, que foi percebido inclusive por seus adversários mais diretos no campo, o latifúndio e o agronegócio, que sempre se opuseram de forma veemente à existência do MDA⁷.

⁷ Nesse sentido, cumpre recordar que, depois de este setor ter apoiado fortemente o Golpe de 2016, dentre as primeiras medidas do governo Temer esteve a extinção do MDA.



A forma como a Fetraf-Sul e outros movimentos sociais buscaram disputar hegemonicamente o governo tinha como centro, além da atuação de militantes e aliados por dentro da institucionalidade, a ocupação de espaços participativos (como os conselhos) e a disputa pelo orçamento do Estado a partir das políticas públicas, como fica evidente na tese do seu 2º Congresso:

O mérito da estratégia da Federação consiste na capacidade que tem de elaborar políticas, disputá-las nos espaços públicos e implementá-las em suas bases, estruturadas e embasadas a partir de concepções gerais de um projeto político de sociedade, alicerçado em convicções ideológicas que revelam o desejo e a necessidade em promover profundas mudanças na atual ordem social [...] Foi, seguramente, nesse eixo temático que a Fetraf-Sul/CUT mais avançou no último período. A questão da elaboração, da disputa, da negociação e da implementação de políticas públicas para potencializar e fortalecer a agricultura familiar fez parte do núcleo estratégico do nosso planejamento (FETRAF-SUL, 2007a, p. 20, grifo do autor)

Portanto, no que se refere ao repertório de ações da Fetraf-Sul, a Caravana de 2001 citada anteriormente antecipou a forma de interação prioritária da Federação com o Governo Federal: participação em canais institucionais e foco na negociação, proposição e execução de políticas públicas. O grande investimento realizado nesse repertório fica visível quando se analisa todo o procedimento de elaboração das pautas, uma vez que colocava os dirigentes da Federação e dos sindicatos em movimento e em constante contato com a base social. Durante os governos liderados pelo PT, esse processo de negociação se tornou rotinizado, de modo que, nas palavras do ex-assessor Amadeu Bonato, o período anterior ao anúncio do Plano Safra pelo governo se tornou a “data-base da agricultura familiar” (2023, informação verbal).

De forma semelhante a outros movimentos⁸, a Fetraf-Sul realizava as chamadas Jornadas de Luta da Agricultura Familiar. O processo começava com os Mutirões da Agricultura Familiar: mobilização junto à base para discutir a sindicalização e a sustentabilidade financeira da entidade, bem como a proposta de pauta de reivindicação e ampliá-la com novas contribuições. Iniciado em janeiro, o processo seguia até culminar nas Jornadas de Luta da Agricultura Familiar nos meses de abril e maio, que envolviam manifestações nos estados e regiões de atuação da Fetraf, e simultaneamente em Brasília.

⁸ A Contag realiza anualmente o Grito da Terra Brasil, e o MST realiza o Abril Vermelho. Ambos envolvem uma série de ações que culminam na entrega de reivindicações ao governo federal.



Enquanto ocorriam as manifestações, uma comissão de lideranças realizava a negociação com o Governo.

Tabela 1 - Cronograma do Mutirão da Agricultura Familiar 2008

Mês	Atividades
JANEIRO	Elaboração de materiais de apoio; Planejamento nos sindicatos sobre a execução do mutirão em nível local;
FEVEREIRO - MARÇO	Visitas às famílias e reuniões nas comunidades; possíveis atividades específicas definidas a partir da realidade local e realizadas em nível de municípios ou microrregiões;
MARÇO	Plenárias estaduais para fechamento das pautas, com indicativo de realização de plenárias microrregionais para “afunilar a pauta proposta nas comunidades e municípios” previamente às plenárias estaduais; avaliação do mutirão; debate sobre as eleições municipais; plenárias municipais da COOPERHAF com tema da habitação;
ABRIL	Jornadas de Luta da Agricultura Familiar, com atos e negociações; realização de plenárias estaduais e da Plenária Sul da Fetraf-Sul;
MAIO	Jornadas de Luta da Agricultura Familiar, com atos e negociações; ações massivas locais/regionais e comissão nacional de negociação em Brasília, conjuntamente com organizações parceiras, como a COOPERHAF e CRESOL.

Fonte: Elaboração própria com base no documento Fetraf em Mutirão (2007b)

A partir do cronograma apresentado (Tabela 1), percebe-se a dimensão adquirida pelo processo de negociação com o governo federal, uma vez que a Fetraf-Sul punha em marcha um grande processo de elaboração, discussão com as bases e mobilização para a entrega da pauta de reivindicações que dava início ao processo de negociação. Nesse sentido, é ilustrativa a fala do dirigente Rui Valença, de que os agricultores familiares “não tem um patrão, não tem um empresário, a pauta é quase 100% voltada para governos, políticas públicas, é uma relação bastante com o governo” (2023, informação verbal). Ou seja, o sindicalismo da agricultura familiar assumia como centro de sua atuação a disputa por políticas públicas e, assim, voltava suas energias para a interação com o Estado, sobretudo com o Governo Federal, esfera que àquela altura era mais permeável aos seus interesses.

No entanto, o processo de diálogo com a base tornou-se condicionado à demanda de elaboração de pautas e negociações, isto é, consultava-se a base “sob demanda”, não tanto para ouvi-la cotidianamente, como apontou criticamente um dos entrevistados. A partir dessa



dinâmica que tinha como objetivo entregar e implementar as políticas públicas para sua base, o sindicalismo da Fetraf cumpria funções de Estado, confundindo-se – ainda que sob uma intenção democratizante – com representantes do governo. Parece ter ocorrido um “desequilíbrio” entre a disputa do governo e a disputa da sociedade, ou entre o ativismo por dentro da institucionalidade e a luta social, reforçado pelo que afirmou o dirigente citado acima. Assim, quando o ex-ministro afirma que o MDA era um projeto de país, entende-se que, ao menos para a cúpula dos movimentos e do MDA, a defesa dos projetos de agricultura familiar e da reforma agrária, acompanhada da disputa por políticas públicas, era parte da disputa de hegemonia com o agronegócio. No entanto, tal disputa não foi capaz de, por si só, educar a base social e convencê-la daquilo que os dirigentes compreendiam com nitidez. As dificuldades encontradas pela Fetraf na relação com sua base nos anos subsequentes ao Golpe de 2016 parecem apontar para isso (LAZZARETTI, 2024).

Em relação à execução de projetos e programas governamentais, o grande destaque foi em relação à habitação rural. A Federação criou em outubro de 2001 a Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares (Cooperhaf), que logo se expandiu, tendo recebido diversas premiações nacionais e internacionais no tema da moradia. Em 2009, por demanda do Ministério das Cidades, atuou também na construção de habitações urbanas (FETRAF-SUL, 2014). Segundo apresentado por Conti (2016), a Cooperativa executou mais de 34 mil contratos habitacionais na região Sul entre 2001 e 2015. Tortelli explica que a ideia de um programa de habitação para a agricultura familiar nasceu no governo Olívio Dutra⁹, sendo depois nacionalizado com a eleição de Lula (2023, informação verbal).

As experiências construídas na relação entre movimentos sociais e o governo estadual liderado pelo PT, portanto, serviram como laboratório para diversas iniciativas, mas também para o modo de se relacionar com o Estado. Daí o papel desempenhado pela Caravana da Agricultura Familiar em demonstrar a capacidade de elaboração e mobilização social da Fetraf-Sul, o que facilitou a entrada de assessores e militantes em cargos no MDA. A própria Caravana foi fruto do acúmulo não apenas sindical, mas também das experiências dentro dos executivos municipais e federais do PT e que tiveram participação de militantes e dirigentes rurais cutistas.

⁹ O próprio Dutra assumiu o Ministério das Cidades entre 2003 e 2005.



Em 2014 a Fetraf-Sul passou por um processo de estadualização, dando origem às Federações estaduais¹⁰. Desde 2016, com um cenário político mais difícil, o sindicalismo da Fetraf passou também por certa reestruturação nacional, começou a requerer registros sindicais de seus sindicatos e federações, constituiu um sistema confederativo e alterou a sua denominação nacional para Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Contraf). Em 2023, a Contraf recebeu o registro sindical como representante da agricultura familiar no país.

4. Considerações Finais

A trajetória do sindicalismo rural no Brasil apresenta distintas formas de interação com o Estado. Seja através da regulamentação e reconhecimento legal do início da década de 1960, nas intervenções, atuação legalista e o assistencialismo durante a Ditadura Civil-Militar, passando por momentos de ações contestatórias mais fortes com a emergência do “novo sindicalismo” rural, até a maior permeabilidade do Estado durante os governos liderados pelo PT, é possível evidenciar a relação indissociável entre Estado e Sociedade Civil evocada por Gramsci.

A Fetraf-Sul, herdeira do “novo sindicalismo”, surgiu em oposição e rompendo com o sindicalismo chamado de “oficial” da Contag. A Federação fazia a representação dos três estados do Sul, principalmente, na “grande mesa” de negociações que era Brasília. Com o início do primeiro ciclo de governos petistas, esse setor logrou nacionalizar não apenas diversas propostas e projetos que vinham sendo executados sobretudo no RS, mas também o “jeito de fazer política”, que envolvia a atuação por fora e por dentro da institucionalidade. Assim, o governo fortaleceu o MDA e elevou o grau de prioridade da agricultura familiar, e militantes e aliados dos movimentos sociais passaram a ocupar cargos na burocracia do Estado, numa dinâmica que fortalecia tanto os movimentos, que tinham acesso a informações estratégicas e maior facilidade em acessar o governo, quanto o próprio governo ao ter um acesso mais direto à base social para a qual seriam destinadas as políticas. Além disso, o governo conseguia maior respaldo social, especialmente diante de um cenário de disputa interna entre distintas classes e

¹⁰ Sobre este processo, ver em Conti (2016) e Lazzaretti (2024).



frações de classe. Ao mesmo tempo, ao apresentar resultados, com a conquista e execução de políticas públicas, a Fetraf e os movimentos obtinham maior respaldo junto à sua própria base.

A disputa de hegemonia, portanto, passou pela disputa por políticas públicas e acesso ao Estado, com o MDA desempenhando papel fundamental na articulação das demandas dos movimentos sociais do campo e fazendo a disputa institucional, traduzindo-se num “projeto de país”, sobretudo pelas bandeiras da reforma agrária e da agricultura familiar, em oposição modelo hegemônico do agronegócio. Para a Fetraf, a centralidade estratégica atribuída à disputa pelas políticas públicas consolidou um repertório de interação marcado pela combinação de ações de pressão e, principalmente, de negociação, de modo que quase a totalidade das energias da Federação foram canalizadas para esse processo. A partir da conquista de políticas, através da execução das mesmas junto aos agricultores familiares, a Fetraf conseguia fortalecer sua influência e respaldo na base. O caso de maior sucesso nesse sentido foi na execução de projetos habitacionais rurais, através da Cooperhaf, cooperativa orgânica à estrutura da Federação.

Porém, ao longo dos governos liderados pelo PT, a centralidade deste repertório ganhou traços de dependência, fazendo com que até mesmo o perfil e a formação dos dirigentes, antes destacadamente políticos e com viés transformador, se convertessem a um caráter mais técnico, versados nas políticas públicas, nos canais institucionais e nas negociações com o Governo (CONTI, 2016). Desta forma, se na cúpula dos movimentos e do MDA poderia haver maior entendimento da disputa hegemônica que estava sendo empreendida, o mesmo não ocorreu na base, já que parte expressiva dela tem se apresentado mais conservadora e capturada pelo discurso do agronegócio.

Portanto, retomando a articulação aqui proposta entre a agenda relacional da teoria dos movimentos sociais, com o materialismo histórico-dialético, foi possível observar como ocorreu o repertório de interação da Fetraf-Sul com o Estado durante os governos liderados pelo PT, buscando evidenciar não apenas as relações institucionais entre movimentos sociais e Estado, como se estes fossem entidades completamente distintas e apartadas. Por isso, destacou-se ao longo do artigo a luta de classes que atravessou o Estado durante aquele período, a partir da disputa de hegemonia entre frações das classes dominantes e da classe trabalhadora dentro e fora do governo.



Os governos liderados pelo PT marcaram o período em que os movimentos sociais conseguiram mais espaços no Estado, com militantes e aliados passando a ocupar cargos na burocracia estatal, o que – ao menos durante algum tempo – permitiu reforçar as posições dos movimentos junto às suas bases sociais, bem como realizar a disputa hegemônica no interior do governo. Porém, a atuação por dentro do Estado, inclusive a partir de conselhos e da elaboração, negociação e execução de políticas públicas, parece ter aumentado sua proporção em relação à luta social e à disputa da sociedade civil ao longo do período, num contexto em que, como afirmou Boito Jr (2023), a direção hegemônica da frente neodesenvolvimentista no governo era da grande burguesia interna. Esse “desequilíbrio” afetou a combinação de diferentes formas de ação dentro do repertório de interação da Fetraf, subordinando as ações de mobilização e pressão à de negociação e participação institucional. Como sintetizou Batista, militante da Fetraf que atuou no MDA, faltou “politizar as políticas públicas” (2023, informação verbal).

5. Referências

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. *DADOS-Revista de Ciências Sociais*. v. 57, n. 2. Rio de Janeiro, RJ. 2014, p. 325-357.

LAZZARETTI, Mateus. “Venha para o sindicato” ou “reze para chover”: o sindicalismo da agricultura familiar no período recente - análise da atuação da FETRAF-RS entre 2016 a 2022. Dissertação. (Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS. 2024.

BOITO JR, Armando. Os atores e o enredo da crise política. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. (orgs.). *Por que gritamos golpe?* Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo, SP: Boitempo, 2016. Não paginado.

_____. A teoria política de Poulantzas e a pesquisa sobre sindicalismo no Brasil. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras; RAMALHO, Ricardo José; SANSON, Cesar. *Diálogos críticos: o pensamento estrangeiro e a sociologia do trabalho no Brasil*. São Paulo, SP: Annablume, 2023, p. 365-393.

BOITO JR, Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, 2013, p. 31-38.



BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro de entidade sindical registrada. *Portal Gov.br*. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/servicos/sindicatos/cadastro-de-entidades/entidade-sindical-registrada>. Acesso em: 06 jul. 2024.

CONTI, Irio Luiz. *Organizações Sociais e Políticas Públicas: inserção da FETRAF-Sul nas Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional*. 2016. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2016.

DALLA NORA, Helenice Aparecida Derkoski. *A organização sindical rural no Rio Grande do Sul e o surgimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Frederico Westphalen (1960-1970)*. 2002. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br>. Acesso em: 15 jul. 2021.

FAVARETO, Arilson da Silva. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 62, 2006, p. 27-44.

FETRAF-SUL. A ousadia na luta e na organização construindo um novo desenvolvimento. *Tese do II Congresso da FETRAF-SUL/CUT*. Francisco Beltrão, PR. 2007a.

_____. *FETRAF em Mutirão*. Chapecó, SC. 2007b.

_____. *Resgate histórico, organizativo e institucional*. Chapecó, SC. 2014.

FETRAF-SUL. FETRAF-Sul, 2023. *Sítio eletrônico da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul*. Disponível em: <http://www.fetrafsul.org.br/>. Acesso em 27 jul. 2023.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo, SP: Loyola, 1997.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: v. 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo, SP: Editora Expressão Popular, 2009.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro, RJ: FASE, 1989.

_____. O sindicalismo rural nas últimas décadas: mudanças e permanências. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos. (orgs.). *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço Editora, 2014, p. 247-282.



MENDONÇA, Sonia Regina de. Sociedade Civil em Gramsci: Venturas e Desventuras de um Conceito. *Anais do VII Simpósio Nacional Estado e Poder*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2012. ISSN: 2178-9843. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/estadoepoder/7snep/docs/001.pdf>. Acesso em 13 abr. 2023.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. *A formação da agricultura familiar no país da grande lavoura: as mãos que alimentam a nação*. Curitiba, PR: Editora Appris, 2022.

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1986. _____. *O Estado, o poder político, o socialismo*. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2000.

RICCI, Rudá. *Terra de ninguém: Representação sindical rural no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

RODRIGUES, Iram Jácome; LADOSKY, Mario Henrique Guedes. Paradoxos do sindicalismo brasileiro: a CUT e os trabalhadores rurais. *Lua Nova*, São Paulo, n. 95, 2015, p. 87-142.

SCHMITT, Cláudia Job. A CUT dos colonos: histórias da construção de um novo sindicalismo no campo no Rio Grande do Sul. In: NAVARRO, Zander (org.). *Política, protesto e cidadania no campo*. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 1996. p. 189-226.

TEIXEIRA, Marco Antonio. *CONTAG 1963-2023: ações de reprodução social e formas de ações coletivas*. Mórula Editorial, 2023.

TILLY, Charles. *Regimes and Repertoires*. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.

_____. Repertoires and Regimes. In: TILLY, Charles. *Contentious Performances*. New York: Cambridge University Press, 2008.

TRINDADE, Thiago Aparecido; BUGIATO, Caio Martins. A interação entre movimentos sociais e sistema estatal no Brasil: um debate a partir das contribuições de Claus Offe e Nicos Poulantzas. *Sociedade e Estado*, v. 35, 2020, p. 411-440.

Artigo submetido em 18/08/2024, aceito em 22/10/2024 e publicado em 10/12/2024.

